

Vozes das Comunidades

Um jornal feito
pelas comunidades
a serviço
das comunidades

Janeiro de 2009
Ano IV Nº 04



Em Gaza e no Rio
povo quer paz,
trabalho e vida

OPINIÃO

Grande mídia criminaliza a pobreza

Nós, moradores de favela, vemos esta exclusão midiática de perto. Quantas vezes a mídia fala o que realmente existe nas favelas? Quantas vezes mostra que ali existem pessoas trabalhadoras, estudantes, gente que quer apenas seu direito de viver?



A mídia e a favela

Nós, moradores de favela, vemos esta exclusão midiática de perto. Quantas vezes a mídia fala o que realmente existe nas favelas? Quantas vezes mostra que ali existem pessoas trabalhadoras, estudantes, gente que quer apenas seu direito de viver?

A mídia quando entra na favela é só para cobrir assuntos ligados à violência. E isso, nada mais é do que mais uma forma de influenciar a população. Assim, as pessoas acabam reproduzindo conceitos preconceituosos sobre o morador de comunidade.

Os que moram fora, dizem que somos vagabundos, sujos, violentos, entre outras coisas mais. Todos os meninos são vistos como bandidos, e todas as meninas são vistas como vagabundas,

além de relatarem que todos os moradores de favela são preguiçosos, que só não conseguem estudar, trabalhar e etc. porque não são interessados.

Isto não é verdade!

Seguramente mais de 90% dos moradores de favelas nada mais fazem do que trabalhar. Do que tentar sobreviver todos os dias.

Os que moram fora, dizem que somos vagabundos, sujos, violentos. Todos os meninos são vistos como bandidos e todas as meninas são vistas como vagabundas. Todos são preguiçosos, que só não conseguem estudar, trabalhar e etc. porque não são interessados.

Sem poder dizer o endereço

Muitos moradores não assumem morar em comunidades por conta do preconceito existente na sociedade. Na hora da procura por emprego, é difícil dizer que é morador de comunidade. Pois muitas das vezes, você nem recebe o telefonema de confirmação de currículo.

Nossos governantes, aqueles que votamos de quatro em quatro anos, não nos atendem. Todos sabem que dentro das favelas, há diversos problemas, seja de habitação, de saúde, de educação, de saneamento básico, e aquele que é considerado o mais grave: a violência. Mas, eles nada fazem para resolver estes problemas. Ao contrário, o que se percebe é que por suas atitudes excludentes, reproduzem o que toda a sociedade acha.

Põem caveirão - veículo blindado usado pela polícia nas incursões em favelas - para "resolver" o problema

de segurança. Põem Postos de Saúde, sem nenhum preparo de atendimento, nos oferecem escolas precárias.

As faculdades públicas deveriam estar lotadas de estudantes de classe baixa, mas estão cheias de pessoas que podem pagar a instituições particulares.

Além disso, o Estado apóia ainda a entrada de Ong's nas favelas, com o discurso de salvar mais um pobrezinho, mais um favelado.

Até quando vamos ter que agüentar isso, até quando vamos tapar os olhos para isso tudo? Até quando vamos aceitar essas injustiças? Até quando vamos ter que clamar pelo direito à vida?

Gizele Martins é estudante de comunicação e editora do *Jornal Cidadão*, do Complexo da Maré.

Por Gizele Martins

Os meios de comunicação são os grandes apoiadores da sociedade do capital. É por meio deles que se influencia toda a sociedade, seja na vida política, seja na vida pessoal. O seu papel é o de mostrar sempre a versão do capital. Estar sempre contra os trabalhadores, os movimentos sociais e o desenvolvimento equilibrado e justo do país. É uma comunicação que favorece a minoria rica.

EXPEDIENTE - Janeiro de 2009

Vozes das Comunidades - Jornal do Curso de Comunicação Comunitária do NPC

Endereço: Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel. (21) 2220-5618

Jornalista responsável: Claudia Santiago • Diagramação: José Carlos Bezerra

Agradecimento: J. R. Ripper / Latuff / Luisa Santiago / Raquel Junia / Sheila Jacob

Apoio: Fundação Rosa Luxemburgo e Sindicato dos Engenheiros (RJ)

Equipe

Alaiane de Fátima dos Santos
Alessandro dos Santos
Amanda Maria Wanderley
Antonia de Maria Melo Cardoso
Augusto Cesar dos Reis Leitão
Claudia Santiago
Cynthia Rachel
Claudio Amaro Carlos da Silva
Derval Silva de Oliveira
Douglas Batista Mendonça
Douglas Pego
Fabiola da Silva Camargo
Felipe Eduardo Flor dos Santos
Francisco Lucio Macedo

Gean Queiroz de Souza
Gizele de Oliveira Martins
Gláucia Marinho
Jéssica Santos
Joana da Conceição Costa Campos
José Carlos Alves Bezerra
José Jorge Santos de Oliveira
Kátarine Flor da Costa
Kátia Nicaccio da Silva
Laudelina de Almeida Ferreira
Marcela Figueiredo
Rita de Cássia S. Lima
Rodrigo F. dos Santos
Tays Freitas

DOMINGO É DIA DE CINEMA

Sétima arte é uma ferramenta de educação

O projeto Domingo é Dia de Cinema existe há oito anos e consiste na exibição de filmes e uma posterior discussão para alunos de Pré-Vestibular Comunitários. O vestibular que será feito por esses alunos no final do ano conta como critério de seleção de filmes e assuntos, juntamente com a preocupação com o crescimento político e

social dos jovens por meio da sétima arte.

O projeto cultural é desenvolvido pelo Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), pelo Grupo Estação e por Pré-vestibulares comunitários. As sessões de cinema têm preços populares (R\$ 2,00) e são realizadas uma vez por mês no Cinema Odeon Petrobras, no Centro do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO

NÃO ADIANTA DERRUBAR, TEM QUE TER CASA PARA MORAR

Limpeza no Rio começa com demissões no Instituto de Terra

Movimentos populares criticam saída de Celia Ravera do ITERJ e exigem política de habitação séria

Por Sheila Jacob com Gláucia Marinho e José Jorge de Oliveira

De acordo com Roberto Magessi, do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (Conca), as principais reivindicações são: criação de um Fundo Estadual de Moradia de Interesse Social, com a participação de uma comissão popular; recondução de Celia Ravera à direção do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj); e também a cobrança de um diálogo efetivo entre as camadas pobres e o governo, que, segundo Magessi, privilegia a construção de condomínios e não as moradias populares.

Segundo Magessi, não existe política habitacional para o trabalhador. “O Rio de Janeiro, hoje, tem cerca de quatro mil prédios públicos abandonados. Quando há ocupação, o poder público quer despejar”, avalia. Ele aponta algumas medidas necessárias: regularização fundiária, transporte público de qualidade e política de habitação séria. E por que isso não é feito? “Porque o interesse é manter o capital concentrado. Não é a mudança”.



Ato em frente à Secretaria Estadual de Habitação, no Rio, em 15 de janeiro

Para a defensora pública Maria Lucia de Pontes, esta política tem relação com o afastamento de Célia Rivera do Iterj, no início de janeiro. Ela afirma que, na gestão de Celia, o Instituto sempre abriu espaço para os movimentos sociais de luta pela moradia. “Celia Ravera está próxima às comunidades popula-

res há muito tempo. A sua exoneração é uma estratégia de combate aos movimentos. Ela foi afastada logo quando assume o Eduardo Paes, que tem uma política de ataque às comunidades pobres”, avalia.

Paes alimenta a criminalização da pobreza

Em 5 janeiro Eduardo Paes, do PMDB, assumiu a Prefeitura do Rio de Janeiro e, imediatamente deu início ao que ele chama de “Choque de Ordem”.

Na sua mira, estão ambulantes, população de rua, transporte alternativo e, principalmente, a favela.

A “operação limpeza” anunciada por Paes não é bem vista pelos moradores de comunidades, nem pelos representantes de movimentos populares. A advogada Maria Lucia de Pontes, do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio afirma que as principais queixas recebidas pelo órgão vêm de moradores de áreas que passam a se tornar interessantes para o setor imobiliário.

O que acontece? “O poder público vai lá e apresenta a justificativa de que essas habitações são irregulares. É sempre a mesma questão: pessoas pobres têm que sair de suas casas porque o local em que moram passa a gerar interesse”, afirma Maria Lucia.

Maria Lucia considera horrível a cobertura feita pela grande mídia das ações do

atual prefeito do Rio. “A gente sempre vê reclamação que tem muito camelô na rua, mendigos, pivetes... Infelizmente a reprodução dessas idéias contribui para que se mantenha nossa sociedade capitalista e desigual, porque transforma as vítimas em criminosos e não avalia que o Estado é o grande responsável por essa situação”, opina a defensora.

Cena da derrubada de casas em Cidade de Deus (RJ)

FOTO: TONY BARROS



Ordem sem progresso

Por Derval Silva e Helber Oliveira

Em novembro de 2008, a Polícia Militar ocupou a Cidade de Deus com o objetivo de, segundo o comandante da operação, “devolver a Cidade de Deus aos moradores” e fazer da comunidade verdadeiramente “uma cidade de Deus”.

No dia 02.01.2009, em seu segundo dia de mandato, o prefeito Eduardo Paes, fez um anúncio de que a comunidade viraria um modelo para as outras e que teria um Batalhão Policial no coração dela.

Dia 09 de janeiro, dragas chegaram à comunidade e começarão o então chamado Choque de Ordem com demolições de casas e lojas tidas como irregular. Comércio de anos vieram abaixo em questão de minutos. Alguns moradores tiveram ordem de desocupar suas casas em três dias, pois suas residências foram tidas como irregulares.

Neste mesmo dia, homens do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) chegaram para ajudar a PM em sua tarefa com quatro veículos blindados (caveirão) e fixaram-se em um galpão nos fundos de uma creche.

“O poder público chega nas favelas, aponta para a quem tem que sair, e manda para Sepetiba. Querem diálogo com as comunidades e associações”, defende André Oliveira, membro do Conca.

A falta de diálogo com as comunidades também foi criticada por Alan Silvio, da Associação de Moradores do Canal do Anil. Quando questionado sobre o Choque de Ordem de Eduardo Paes, confessou que os moradores da comunidade têm medo.

Ele recorda o ano de 2007: “A Prefeitura a qualquer momento pode ir lá e derrubar as casas, assim como fez na época do Pan-Americano. Chegavam, demoliam e davam um pagamento inferior ao preço do imóvel. Muitos não tinham para onde ir”.

O secretário estadual de Habitação, Leonardo Picciani, não apareceu no local para receber os movimentos sociais. Um novo protesto e tentativa de diálogo estão marcados para o dia 5 de fevereiro, às 10h, em frente ao Palácio do Governo.

O Choque de Ordem mudou a vida e a rotina dos moradores da Cidade de Deus. Há muito medo por parte de alguns moradores de perderem suas casas e ficarem sem ter pra onde ir. Outros sonham com melhorias que poderão vir a acontecer.

Uma coisa é unânime: não há quem queira falar sobre o que realmente tem se passado nestes dois meses de ocupação policial.

Enquanto casas e comércios vêm a baixo, colégios continuam fechados durante as férias escolares, inclusive nos fins de semana. Não há atividades para crianças e jovens nestes locais. O centro de formação profissional que fica em frente à associação de moradores, está fechado há dois anos sem explicação alguma.

Choque de Ordem vemos acontecer, mas ficam perguntas como:

E o Choque de progresso que até agora não se fala? E a Cidadania que deveria ajudar a diminuir o trauma e o sofrimento de moradores que de uma hora para outra perdem seu sustento e sua casa?

Ordem sem progresso não trará a paz prometida só fará mudar o sistema opressor de um comando para outro.

Funk: um grito de socorro que

Para MC Leonardo, presidente da Apafunk, existe muita gente do funk fazendo música com cunho social. Ele destacara os preconceitos difundidos pela grande mídia e lembra que existem muitas letras que escapam da "bundalização". São funks de denúncia, que falam da realidade das favelas, mas que não interessam ao mercado.

Gláucia Marinho, Jéssica Santos, Katarine Flor, Gizele Martins e Sheila Jacob

Vozes da Comunidade: Qual é a atual situação do funk no Rio de Janeiro e no Brasil? Como se dá a relação entre os artistas e o mercado?

MC Leonardo - O funk continua sofrendo muito preconceito. É muito censurado no que diz respeito a sua diversificação cultural. O mercado toma conta do nome funk, mas não divulga a cultura do funk. Hoje o funk não fala nada, não se comunica.

Com relação ao mercado, as pessoas são prejudicadas, seus direitos são desrespeitados, os contratos são abusivos. Estamos querendo colocar a legalidade no vínculo entre casa de show, empresário e artista, para assegurar o direito de todos. O que costuma acontecer é o artista ficar sempre com o lado mais fraco da corda. Para cantar, o artista acaba assinando qualquer contrato. Isso acontece em todas as favelas.

Vozes: Muitas vezes o funk foi acusado de ter ligações com o crime organizado.

MC Leonardo - Toda vez que sai uma música que fala da realidade da favela, que denuncia o que acontece ali, o funk é cha-

mado de criminoso. O que envolve a favela é um câncer chamado tráfico de drogas. Um crime que já existe há muito tempo ali dentro. Essa realidade é muitas vezes cantada, porque o artista só compõe aquilo que vê e o que sente. E isso não pode ser censurado. Se você está sentindo, você tem o direito de falar. Se não puder, é censura!

Vozes: A quem interessa o funk que, como você diz, não fala nada com nada?

MC Leonardo - Para as pessoas que hoje detêm o monopólio do funk é muito boa essa "bundalização", essa coisa de não falar nada com nada. Porque assim não vão comprar barulho nenhum com poder nenhum.

Vozes: Vocês tiveram um encontro no Circo Voador no ano passado pensando na criação de uma Associação.

MC Leonardo - Quando a Adriana Facina me encontrou eu tinha feito uma reunião há uns 15 dias que tinha reunido quase 30 pessoas. Agora só tem uma desse grupo que continuou comigo.

Às vezes você não consegue convencer seu próprio amigo do funk. Acho que isso acontece dentro das fábricas também.

Quando você forma uma associação você tem que justamente saber quem são as pes-

soas que estão realmente engajadas. E é assim que nós estamos, procurando as pessoas que realmente entenderam o nosso propósito. Não para a gente fazer uma associação com um número muito grande de gente, e sim formar um grupo com um número suficiente de gente politizada.

Nós não queremos baderna. Queremos o caminho legal, construído com muitas reuniões, para, por exemplo, fazermos um estatuto.

Vozes: Ainda falta muito?

MC Leonardo - Não está faltando mais muita coisa não. Acho que o mais difícil era dizer, pra quem detém o monopólio do funk no Rio, que nós existimos, estamos reunidos e vamos lutar. Acho que esse recado já foi passado. Não só para a imprensa, mas para os movimentos sociais. Queremos passar a seguinte mensagem: respeite o funk como movimento cultural.

Vozes: Como você vê relação da imprensa com o Funk?

MC Leonardo - Tem que ser falado para a imprensa que diz que o Tim Lopes morreu dentro de um baile funk que isso é mentira. Ele não morreu dentro de um baile funk. A investigação da polícia em nada apontou o funk.

A mídia fala que o arrastão em Copacabana é culpa do funk, até a briga no Maracanã é culpa do funk... Tudo que acontece de ruim no Rio, o funk está envolvido.

Porque é uma arte favelada negra. Todo mundo que fala que apóia e gosta do funk é da boca pra fora. Porque apoiar mesmo é

se engajar, enfrentar o problema mercadológico, o monopólio, partir para a tomada de direitos do funk... Ninguém entrou ainda com esse propósito, a não ser as pessoas que estão se juntando agora com a Associação dos Profissionais e Amigos do funk (APAFUNK).

VC- Na sua opinião, qual deveria ser a relação do Estado com a cultura?

MC Leonardo - O meu maior problema com o Estado hoje, com o poder, é que ele impõe cultura e não ajuda a desenvolver. Ele gasta 1 milhão de reais na Barra da Tijuca para impor cultura. A cultura tem que ser financiada e desenvolvida. Mas agora o Estado proíbe, e faz inclusive leis que impossibilitam o funk. Estamos atualmente brigando contra uma lei que entrou em vigor, que diz que o cama-

rada, pra fazer um baile funk no Rio de Janeiro, tem que avisar 40 dias antes para o batalhão. E esse batalhão tem 72 horas para dizer se pode ou se não pode. Isso inviabiliza. Estamos propondo outra lei, que vê o funk como movimento cultural.

Vozes: O mercado do funk, hoje, como está não interessa?

MC Leonardo - O que agente não vai aceitar é o mercado da maneira que está. É a "monocultura do funk", você só escuta um tipo de funk. Eu não estou falando que tem que acabar com a sensualidade da música, até porque aquilo ali também é uma forma de comunicação. O que a gente fala é que não pode existir só aquilo. Existe muita gente trabalhando dentro do funk, fazendo música com cunho social, como um grito de socorro pelo o que acontece dentro das comunidades.

O que agente não aceita que está. É a "monocultura de um tipo de funk. Eu não quero acabar com a sensualidade da música com cunho social, pelo o que acontece d

Vozes: Há diálogo com os funkeiros que seguiram uma vertente mais sexual? Eles podem participar da associação?

MC Leonardo - É lógico que eles podem participar. Até porque a grande maioria dos MCs que fazem a música com apelo sexual tem a música do social. Mas esta ninguém toca. Como é que eu falo para esse MC mudar, já que está ganhando dinheiro e sustentando a família tocando este tipo de música? Mas eu falo que não pode ser só aquilo, até porque vai ficar todo mundo igual.

O funk tem uma divisão cultural dentro dele mesmo muito forte. O Marcinho não pode ser comparado com o Catra. Os dois vendem funk, vivem do funk, compõem funk, mas são duas coisas completamente diferentes. O Sapão é completamente diferente do Bola de Fogo, que é diferente do Menor do Chapa.

Vozes: As pessoas são diferentes, só que quando fica todo mundo fazendo uma coisa só fica complicado.

EDUARDO ALVES



MC fala ao Vozes das Comunidades

NARDO E ADRIANA FACINA

que ecoa das favelas cariocas

EDUARDO ALVES

MC Leonardo - O funk surgiu naturalmente e as pessoas tendem a enxergar da sua forma. Como é o Marlboro hoje e o Romulo Costa, que detêm o mercado. Eles acham que eles são autopromoção, e não pagam quem toca no baile deles, porque estariam fazendo um favor.

Esses dias queriam a minha foto para fazer um álbum de figurinhas, e eu não ia ganhar nada. Minha foto ia estar lá, ia ter um poster grandão, e eu devia aceitar porque era autopromoção. Negativo. Eu não quero trabalhar de graça. Eu liguei para todo mundo e falei para não aceitarem. Acabou saindo todo mundo. Só quem ficou de fora do álbum foi meu irmão.

Vozes: Pelo jeito, a luta da Associação não vai ser nada fácil.

MC Leonardo - Quando você não sabe que

a, é o mercado da maneira
ra do funk”, você só escuta
estou falando que tem que
ade da música. Mas não
xiste muita gente fazendo
como um grito de socorro
entro das comunidades.

é roubado, nunca vai lutar pelo seu direito. Dentro do funk é assim, o artista assina qualquer papel e entra para o mercado. Foi vendo todas as coisas assim que eu resolvi “arregaçar as mangas” mesmo, e comecei a lutar de verdade junto com a Adriana. Que pensei em participar das reuniões nas horas vagas. Hoje eu já estou fazendo shows nas horas vagas.

E eu não reclamo. Na verdade, desde que eu entrei no mundo funk nunca senti tanto prazer em fazer algo como hoje. Eu sou músico, eu quero um caminho e um lugar legal para poder cantar. O funk é 100% da favela. Ele é produzido, composto, cantado, divulgado, tudo dentro da favela. Todos os funks que você ouvir em qualquer lugar tiveram que tocar primeiro na favela para depois sair no mercado. E a favela não fica com nada.

Vozes: Fale mais sobre o poder de comunicação do funk

MC Leonardo - Esse ano eu passei por 20 estados. Você reúne três mil pessoas em uma cidade com 80 mil habitantes. Só o funk

tem esse poder de comunicação. O funk explica direitinho os problemas das favelas, melhor do que qualquer repórter, melhor do que qualquer jornal. Este caminho está sendo vetado dentro do próprio movimento. O próprio Marlboro virou para mim e disse que não está na hora de malhar a elite.

Vozes: Você já estaria satisfeito se você conseguisse atingir a conscientização interna e mostrar para o morador...

MC Leonardo - Se eu estou falando para o morador da favela, eu estou falando para fora do movimento. O morador de favela não é o movimento. Ele é o ouvinte, assim como o camarada lá do sul. Assim como o índio. Só que é para ele que está sendo falado. Eu não componho para fora da favela. As minhas músicas são feitas para o meu vizinho da favela. Mas se o playboy está querendo me ouvir, eu vou lá.

Vozes: O Brasil não acaba ficando muito “carioca”?

MC Leonardo - Se os ribeirinhos tivessem hoje um movimento social como o funk, o Brasil inteiro saberia que o rio Madeira corre um sério risco de deixar de existir. Eles teriam uma arma bem maior se tivessem um veículo de comunicação igual ao funk para avisar o que está acontecendo em relação aos 300 cursos de rios, que vão ser mudados em 20 anos no Brasil.

Vozes: Dialogar com a comunidade local é fazer com que eles mesmos façam a sua comunicação?

MC Leonardo - Se você chamar 50 pessoas para um churrasco, só vão 25. Ainda mais se for para discutir política. Você tem que usar a arte para politizar, quando a arte te der chance de fazer isso. Hoje o funk é nacional. Emprega 10 mil pessoas diretamente. Então não pode dizer que ele é regional, nem que ele é só para isso. O funk era para ser usado para tudo. Era para termos o *Rap da Dengue*, o rap do Caveirão, o rap do PAC, o rap do PAN. É para isso que a gente está lutando. Se está todo mundo usando o funk como modismo, que use. Eu estou usando como comunicação.

Quem quiser entrar em contato com a associação basta acessar o site: www.funkderaz.com.br



Sou Mc Leonardo. Canto há 16 anos. Sou nascido e criado na favela da Rocinha. Desde quando me incluí no funk sei das suas carências, sei dos seus problemas.

Para Adriana Facina, o funk é a linguagem da favela

VC- As pessoas que frequentam os bailes também estão participando da associação?

AF - Sim, estão participando. As pessoas que frequentam ou que são fãs. Porque o fã guarda a memória do movimento. Isso é muito importante. O funk é um movimento cultural muito forte, que veio para ficar. Mas ele não tem uma tradição constituída como o samba. Até por conta dessa coisa de ser refém do mercado. Então o fã é a memória do movimento e a participação dessas pessoas é muito importante. Também as lideranças comunitárias das favelas.

VC- Por que o funk tem tanta penetração nas favelas cariocas?

Porque o funk hoje é uma linguagem universal das favelas cariocas. Com o funk você entra em qualquer lugar. Então é muito importante para as lideranças comunitárias, para aqueles que estão à frente dos movimentos sociais, se comunicarem com essa linguagem, que tem acesso direto aos jovens. Muito mais do que a escola consegue. Muito mais até mesmo que a televisão. A gente fala da TV, do video-game, o funk supera tudo isso nas favelas. Ele tem um poder de comunicação muito mais forte. Então é por isso que essas pessoas se agregam e se juntam à associação.

Comunidade da Maré se organiza contra política de extermínio

ADRIANO ALMEIDA

Texto: Equipe do *Jornal Cidadão*

Mais uma criança é vítima do descaso da Política Pública de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, do abandono, do medo e da injustiça. No dia 4 de dezembro, Matheus Rodrigues, de 8 anos, não teve aula no Ciep Samora Marchel e voltou para casa, na Baixa do Sapateiro, mais cedo. Ao chegar, seu tio Ulisses lhe pediu para comprar o pão. Deu-lhe um real em moeda. Ao abrir o portão, a criança foi executada com um tiro de fuzil na nuca, que saiu pelo rosto com parte de sua dentição.

Infelizmente, essas duras histórias não param de se repetir em favelas do Rio de Janeiro. A Política Pública de (In)Segurança do Rio de Janeiro é uma política de extermínio do favelado que ceifa a vida de quem está pela frente, ou, no caso, de costas. Política que deveria, por princípio, resguardar a vida. Entretanto, o que se vê são policiais explicando e justificando o inexplicável e o injustificável. Trata-se de um sistema que não leva em consideração a cidadania e nem o direito humano à vida.

A moeda de um real no centro da pe-

quena mão entreaberta de Matheus era um sinal de que o tiro que o atingiu o matou na hora. A polícia disse que no momento havia confronto entre facções rivais. Todas as testemunhas afirmam que ouviram um único disparo. Que mãe permitiria que seu filho fosse comprar pão em meio a um tiroteio?

A família prestou depoimento na 21ª DP, em Benfica, mas o delegado adjunto, Jorge Maranhão, disse que só poderia apreender as armas para averiguação, já que não havia testemunhas que pudessem reconhecer os policiais. Os moradores que viram a ação não querem depor por medo de retaliações.

Mais casos sem acaso

Não por acaso, essa fatalidade remete a outros casos de crianças que foram alvejadas em condições muito semelhantes à morte de Matheus. Claro que estaremos cometendo injustiça em não citar outras vítimas, mas as que serão citadas a seguir foram assassinadas brutalmente em menos de 15 dias do ano de 2006.

São elas: **Renan** da Costa Ribeiro, **3 anos**, morto dia primeiro de outubro de 2006, com um tiro de fuzil na barriga,

na Nova Holanda, Complexo da Maré. **Lohan** de Souza Santos, **9 anos**, morto por uma bala de fuzil na cabeça no dia 16 de setembro de 2006, no Morro do Borel. **Guilherme** Custódio Morais, **8 anos**, morto dia 20 de setembro de 2006, por bala perdida na Favela do Guarabu, na Ilha do Governador. **Paulo Vinícius** de Oliveira Chaves, **7 anos**, morto atropelado por uma viatura da Polícia Militar, dia 20 de setembro de 2006, em Vigário Geral. **Moisés** Alves Tinim, **16 anos**, morto dia dois de outubro de 2006, com um tiro de fuzil, no Morro da Esperança, Complexo do Alemão.

Maré de luto

Os mareenses sentiram na pele a dor da perda de mais uma de suas crias. Na última homenagem prestada a Matheus e Renan no Cemitério do Caju, cartazes com as inscrições: "Paz"; "Mais uma de nossas crianças foi assassinada"; "Até quando?", acompanharam o cortejo. Nes-



Moradores da Maré e de outras regiões na manifestação contra a política de extermínio

se momento, importantes organizações da Maré se unem para gritar por justiça.

O CIDADÃO, como o jornal e a voz da Maré, sente-se na obrigação de convocar todos os mareenses a estarem juntos na luta contra a política pública de (in)segurança do Estado, que extermina a classe trabalhadora, que criminaliza o pobre, o negro, o favelado. Não podemos deixar mais mães como Graciele Rodrigues (mãe do Matheus) e Roberta Costa (mãe do Renan) chorar em nosso colo. Apoiamos a luta dessas guerreiras e clamamos por JUSTIÇA.

ANO NOVO, PREFEITO NOVO, A NOVA SECRETÁRIA E SUA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Professor responde à secretária de Educação

Professor da rede municipal faz artigo que discute algumas das declarações da nova secretária de educação do município do Rio de Janeiro, que não entende o por que a qualidade do ensino do Rio não é equivalente ao ensino de países desenvolvidos.

Katarine Flor

Cláudia Costin é a nova secretária de educação do município do Rio. Suas declarações, antes mesmo de assumir o cargo, causaram um pequeno rebuliço entre os professores.

O professor de ciências da rede

municipal, Declev Reynier Dib-Ferreira, publicou em seu blog, 'Diário dos professores', um artigo chamado 'Carta aberta à futura secretária de Educação do Rio de Janeiro, Cláudia Costin'. No artigo, ele discute algumas frases ditas pela secretária em uma entrevista concedida ao jornal *O Globo*, publicada dia 08.11.2008. O professor afirma que alguns projetos e ações da secretária lhe chamaram atenção "tanto pela inocência, quanto pela maldade dos mesmos".

Na entrevista, a secretária questionou o "por que uma cidade que tem tantos mestres e doutores de qualidade não consegue fazer um Ideb (Índice de Des. da Ed. Básica) compatível com os de países desenvolvidos?"

Para o professor, um questionamento como este demonstra o desconhecimento das condições de trabalho dos professores, da rede municipal de ensino. A secretária também parece "esquecer", que as realidades em que vivem os alunos cariocas e os alunos de países desenvolvidos são muito distintas e ignora o fato de que o Rio não é uma cidade de um país desenvolvido.

Declev Reynier sugere que a secretária inverta a pergunta: "por que não tratamos como os países desenvolvidos os nossos tantos mestres e doutores de qualidade?" Segundo ele, para somar um salário compatível aos dos mestres e doutores de países desenvolvidos em apenas um emprego,

um professor do município do Rio tem que trabalhar, em média, em três a cinco lugares diferentes.

Uma das declarações de Costin, que trouxe maior apreensão ao professor foi a de que "quando um aluno é reprovado, é sinal que o professor falhou".

Reynier ressalta que o problema da aprendizagem não se restringe apenas as salas de aula, mas a toda a estrutura social em que o aluno está inserido. Desde sua concepção ele é privado de direitos básicos, como: alimentação, proteção, educação e liberdade. E nessas instâncias falham o Estado, os pais e toda a sociedade.

Para ler artigo do professor Declev Reynier acesse www.diariodoprofessor.com/

Mais de 1000 pessoas condenam carnificina em Gaza feita por Israel

FOTOS: CLAUDIA SANTIAGO

Texto: Silvana Sá

Entrevista: Silvana Sá, Gizele Martins e Katarine Flor

Na tarde do dia 8 de janeiro o Comitê de Solidariedade à Luta do Povo Palestino no Rio de Janeiro, em conjunto com diversas entidades sindicais, partidos políticos e movimentos sociais, realizou ato Pró-Palestina na Cinelândia, Centro do Rio. Grupos árabes e muçulmanos acompanharam a manifestação.

“Estamos chocados com o conflito. Pedimos em nossas orações a Allah que a humanidade se conscientize da barbárie que estão cometendo”, afirmou a muçulmana Latifa Ahmad, membro da Sociedade Beneficente Muçulmana do Rio de Janeiro.

Seu esposo, Salah Al-Din Armad Mohamad, deixou uma pergunta no ar: “Até quando os governos vão corroborar com o desrespeito à Convenção de Genebra que eles mesmos criaram?” E com-

pletou: “O Estado de Israel desrespeitou o artigo 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 9º, 12º, 13º. Todos os documentos que dão direito à sobrevivência estão sendo desrespeitados. É hora do mundo parar, colocar à parte a religiosidade e ver que estamos todos sofrendo pela ignorância dos homens”.

Sapatos, avante!

Às 18h a passeata saiu da Cinelândia em direção ao Consulado dos Estados Unidos. Em frente ao prédio os manifestantes atearam fogo em duas bandeiras norte-americanas e uma de Israel. Sob gritos “Estados Unidos assassinos”, “Israel fascista” e “Polícia Assassina”, os participantes lançaram sapatos velhos contra o Consulado, em referência ao episódio do jornalista iraquiano Muntader al Zaidi que lançou seus sapatos contra o presidente dos Estados Unidos George W. Bush.

A Tropa de Choque da PM acompanhou toda manifestação. “Jogamos nossos sapatos para dizer que somos anti-imperialistas e para dizer que somos todos palestinos!”, afirmou Stela Santos, do Comitê em Solidariedade à Luta do Povo Palestino.

Durante a passeata, o presidente do Mo-



Salah Al-Sin é entrevistado por Silvana, Katarine e Gizele

vimento Palestino Brasileiro pela Paz no Oriente Médio (movimento favorável ao fim do Estado de Israel e pela criação de um único Estado laico), Hassan El Gamal, recebeu um telefonema do sobrinho, que está em Gaza. “Estamos embaixo de bombardeios há 24h. Não há mais como cuidar dos feridos, pois não há mais espaço nos hospitais. Não há ninguém para tirar os feridos dos escombros. Quem escapa dos mísseis não escapa das metralhadoras dos

incursionistas de terra. É dramático”, dizia a voz do outro lado da linha.

O ato, considerado um sucesso pelas entidades organizadoras, reuniu cerca de mil pessoas. Os manifestantes reivindicam que o Brasil rompa diplomaticamente com o Estado de Israel, propõem o cancelamento do Tratado Comercial entre Brasil e Israel e estão dispostos a mover uma campanha internacional de boicote aos produtos e corporações israelenses.

Em 13 dias de ataques, Israel matou mais de 700 palestinos, a maioria civis. Muitas das vítimas são crianças. Na quinta-feira, dia 8, as forças de Israel assassinaram o motorista de um caminhão que levava ajuda humanitária a Gaza. Devido ao episódio, a ONU suspendeu temporariamente a entrada de remédios e alimentos em Gaza por considerar a missão de risco. Na mesma semana Israel bombardeou uma escola da ONU em Gaza onde estavam 40 crianças.



O ato começou em frente à Cinelândia, onde os manifestantes se concentravam desde às 15h

CULTURA

TEATRO

A revolta das marionetes

Peça infantil trata da liberdade e da importância da preservação ambiental

Katarine Flor

Está em cartaz no teatro Clara Nunes, na Gávea, o musical infantil 'A revolta das marionetes', que fala sobre liberdade e a importância da preservação ambiental.

O espetáculo conta a história de quatro marionetes, que cansadas das maldades de seu tintereiro (aquele que as manipula) resolvem fugir e ganham a liberdade graças a uma areia mágica.

Elas embarcam em uma aventura para conhecer o mundo, que até então só viam pelas fantasias das no-

velas. E descobrem que os humanos estão destruindo o planeta em que vivem.

O musical conta com a participação do corpo de balé da Mabe e a coreografia é de Jô Fontes. A direção é de Luiz Magnelli, direção musical de Jerry Adriani e Reinaldo Arias e o texto, de Rodrigo Sant'anna.

O elenco é formado, entre outros, por Aline Gibson, Flávio Vidaurre, Ludmila Fidelis, Taciana Barros, Thadeu Vivas e Tom Rodrigues.

Cynthia Rachel, estudante de jornalismo e aluna do Curso de Comunicação Comunitária do NPC brilha como uma das bailarinas do espetáculo.

O Teatro Clara Nunes fica na rua Marquês de São Vicente, 52 - 3º piso - Shopping da Gávea - Tel.: (21) 2274-9696.

O espetáculo acontece aos sábados e domingos às 17 h, até 29 de março. O valor do ingresso é de R\$ 30,00 inteira e R\$ 15,00 meia.

EDUARDO ALVES



Cynthia Rachel, atriz da peça (casaco vermelho), ao lado de Kátia Marko, Arthur William e Geam Queiroz apresentam o Vozes das Comunidades a Beth Carvalho.

FOTO: RUBENS BARBOT



DANÇA

Orixá pop entre as 10 melhores de 2008

Um dos sucessos do ano passado, espetáculo reúne divindades numa nova abordagem

Xangô, Oxum, Oxossi e Iansã dentro de uma igreja? "O Reino do Outro Mundo - Orixás", espetáculo mais recente da Companhia Rubens Barbot Teatro de Dança, inovou ao trazer o mundo dos orixás para o interior da Catedral Anglicana São Paulo Apóstolo, em Santa Tereza.

Através de uma leitura contemporânea de suas danças, os orixás ganharam músicas e coreografias de acordo com suas personalidades, que vão de Beatles à música eletrônica. Através do boca a boca, "O Reino do Outro Mundo" se tornou um grande sucesso, ficando entre os dez melhores espetáculos de dança de 2008 na seleção do Jornal do Brasil.

Criada em 1990, a companhia foi a primeira do Brasil dedicada ao trabalho afro-contemporâneo, trazendo exclusi-

vamente bailarinos negros: "Não é por racismo e sim porque o negro tem menos oportunidades", diz Rubens Barbot, fundador da Companhia. Julio César Tavares, antropólogo, PhD em linguagem não-verbal comenta: "Graças ao olhar intuitivamente etnográfico, Barbot empreende uma captura do ritmo e poesia presentes no negro brasileiro." Nesses quase dezenove anos de existência Barbot e seus bailarinos percorreram o Brasil, passaram por Argentina e Europa sempre colecionando sucessos e ótimas críticas.

A atual formação da companhia é composta por Ana Paula Dias, Carlos Maia, Rubens Barbot, Sara Hana, Wilson de Assis, Wilian Santiago e Ulysses Oliveira. O diretor é Gatto Larsen.